

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA
CAMPUS VII – CODÓ/MA
CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS /
HISTÓRIA

MARIA DE JESUS MARTINS LUZ

EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO CENTRO
QUILOMBOLA DE FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA ANA MOREIRA –
CEQFAAM EM CODÓ – MA (2010-2017)

CODÓ/MA
2018

MARIA DE JESUS MARTINS LUZ

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO
CENTRO QUILOMBOLA DE FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA
ANA MOREIRA – CEQFAAM EM CODÓ – MA (2010-2017)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal do Maranhão – UFMA –
CAMPUS VII para a obtenção do grau do Curso de
Licenciatura em Ciências Humanas/História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Waldílio da Silva
Sousa

CODÓ/MA
2018

Luz, Maria de Jesus Martins.

EDUCAÇÃO DO CAMPO: Considerações acerca do Centro
Quilombola de Formação por Alternância Ana Moreira
/CEQFAAM em Codó -MA 2010-2017 / Maria de Jesus Martins
Luz. - 2018.

55 f.

Orientador (a): Francisco Waldílio da Silva Sousa.
Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Humanas

-

História, Universidade Federal do Maranhão, CODO, 2018.

1. CEQFAAM. 2. Educação do Campo. 3. Pedagogia da
Alternância. I. SOUSA, Francisco Waldílio da Silva.
II. Título.

Codó/MA

(2018)

MARIA DE JESUS MARTINS LUZ

**EDUCAÇÃO DO CAMPO: CONSIDERAÇÕES ACERCA DO
CENTRO QUILOMBOLA DE FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA
ANA MOREIRA – CEQFAAM EM CODÓ – MA (2010-2017)**

Aprovada em: 01/02/2018

BANCA EXAMINADORA

Francisco Waldélio da Silva Sousa

Prof. Dr. Francisco Waldélio da Silva Sousa - UFMA
Presidente da banca

Domingos Ribeiro Mendes Júnior

Prof. Dr. Domingos Ribeiro Mendes Júnior - UFMA
Examinador Interno

Márcio Douglas de Carvalho e Silva
Prof. Esp. Márcio Douglas de Carvalho e Silva (mestrando)
Examinador Externo

Dedico os resultados deste trabalho a minha família
por todo o apoio e confiança.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar a Deus, socorro presente nas horas de angústia, a minha mãe Antônia Martins, aos meus tios Honorato Martins e Maria do Socorro Martins, às minhas irmãs, Karla Martins, Juliana Martins e Karine Martins pelo apoio e incentivo.

Ao Professor Francisco Waldílio, pela paciência na orientação e estímulo que tornaram possível a conclusão desse trabalho.

A todos os professores do curso de Licenciatura em Ciências Humanas/História que foram de grande importância na minha vida acadêmica como no desenvolvimento dessa monografia.

Aos amigos e colegas pelo incentivo e pelo auxílio constantes.

Não há lugar para a sabedoria onde não há paciência.
Santo Agostinho

RESUMO

Este trabalho aborda a Educação do Campo desde sua gênese, bem como o surgimento de uma nova metodologia de ensino, a Pedagogia de Alternância, que se manifesta primeiramente na França em 1932. Abordarei também seus desdobramentos no Brasil e no município de Codó/MA, afim de propor discussões sobre a eficácia e os desafios desse método de ensino que atualmente é adotado em 264 escolas em todo o país. A oferta de ensino proposta pela PA está em conceder aos jovens filhos dos povos da zona rural uma formação profissional voltada para uma atuação no campo e para o campo. A pesquisa se desenvolveu na Centro Quilombola de Formação por Alternância Ana Moreira que está localizada na comunidade quilombola Santo Antônio dos Pretos, a quarenta e oito quilômetros da sede de Codó. A pesquisa está construída a partir de referências teóricas que abordam Educação no Campo e a PA, bem como, através das considerações e representações do CEQFAAM para pais de ex-alunos, ex-professores, ex-alunos e comunidade, em que se torna necessária para a compreensão da fundação da instituição escolar, a difusão da Pedagogia de Alternância e sua contribuição no acesso das comunidades rurais ao ensino no campo.

Palavras-chave: Educação do Campo – Pedagogia da Alternância - CEQFAAM

ABSTRACT

This work deals with field education since its genesis, as well as the emergence of a new teaching methodology, the Alternation Pedagogy, which manifests itself first in France in 1932. I will also address its developments in Brazil and in the municipality of Codó / MA, to discuss the efficacy and challenges of this teaching method that is currently being adopted in 264 schools across the country. The offer of education proposed by PA is to provide the young children of rural fathers with a vocational training aimed at in the field. The research was developed at the Quilombola Center for Training by Alternance Ana Moreira which is located in the Santo Antônio dos Pretos quilombola community, forty-eight kilometers from Codó headquarters. The research is based on theoretical references that approach Education in the Field and the AP, as well as, through the considerations and representations of CEQFAAM for parents of former students, former teachers, alumni and community, where it becomes necessary to the understanding of the foundation of the school institution, the diffusion of Alternance Pedagogy and its contribution in the access of the rural communities to the teaching in the field.

Keywords: Education of the Field - Pedagogy of Alternation - CEQFAAM

LISTA DE SIGLAS

- ASSEMA – Associação em Áreas de Assentamentos no Estado do Maranhão
- CEFFA - Centro de Escola Família Agrícola
- CEQFAAM – Centro Quilombola de Formação por Alternância Ana Moreira
- CONTAG – Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- EFA – Escola Família Agrícola
- CNE – Conselho Nacional de Educação
- ENERA - Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- IFMA – Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Maranhão
- LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
- MEC - Ministério da Educação e Cultura
- MST - Movimento Sem Terra
- PA – Pedagogia da Alternância
- PNBE – Programa Nacional Biblioteca na Escola
- PIBID – Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência
- PNDA – Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio
- PNLD – Programa Nacional de Livro Didático
- PPP – Projeto Político Pedagógico
- PROCAMPO – Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo
- PRONERA - Programa Nacional de Educação Reforma Agrária
- PT – Pastoral da Terra
- SEDUC – Secretaria de Educação do Estado do Maranhão
- SEMECTI – Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação
- UFMA – Universidade Federal do Maranhão
- URE – Unidade Regional de Educação
- UNE – União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

1.Introdução	11
1.1Objetivos que nortearam a pesquisa.....	12
1.2Objetivo Geral.....	12
1.3Objetivos específicos.....	12
2.EDUCAÇÃO DO CAMPO: Trajetória Histórica.....	14
3.Os desafios e possibilidades da Pedagogia da Alternância na Comunidade Santo Antônio dos Pretos/Codó.....	24
3.1Narrativas e representações acerca do Centro Quilombola de Formação por Alternância Ana Moreira – CEQFAAM.....	26
4.Manuais e materiais didáticos adotados no CEQFAAM.....	38
4.1 O livro didático de história utilizados no CEQFAAM.....	42
5. Considerações Finais.....	48
6. Referências.....	51
7. Apêndices.....	53

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho apresenta uma análise sobre a Educação do campo no município de Codó, mais especificamente no Centro Quilombola de formação por Alternância Ana Moreira – CEQFAAM que adota a Pedagogia de Alternância como alternativa de oferecer às comunidades um atendimento educacional articulado ao espaço vivenciado por esses grupos, assegurando-lhes a instrução gratuita como direito a todo cidadão brasileiro.

Para tanto, se faz necessário uma compreensão da construção da história dessa instituição de ensino, fundada em 2010, bem como, relacionar a construção da Pedagogia da Alternância e suas nuances contextualizando com análise das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do Campo formulada no ano de 2012, que trata dos aspectos legais e teóricos que abrange também a educação do campo em modalidade de alternância.

A Pedagogia da Alternância como modelo de ensino foi normatizado por meio do Parecer nº 01/2006 sugerindo uma metodologia que associa a aprendizagem escolar ao âmbito familiar/comunitário, possibilitando aos jovens filhos de agricultores acesso à Educação e ao mesmo tempo incentivo a permanecer no campo sem a necessidade de deslocamento aos centros urbanos em busca de educação.

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Docente (PIBID) em parceria a Universidade Federal do Maranhão – Campus VII me proporcionou uma visão diferenciada a respeito da Educação no campo, onde tive a oportunidade de conhecer parcialmente a realidade escolar de algumas instituições de ensino da Zona Rural do município, e para tanto, despertou-me o interesse pela pesquisa, no intuito de analisar o ensino de diferentes espaços, respeitando os valores, hábitos, e os costumes de cada grupo.

O interesse pelo tema também se delineou a partir da tentativa de compreensão e análise da configuração da Educação do Campo desdobrada na proposta metodológica de Pedagogia da Alternância nas comunidades rurais do município de Codó, bem como a necessidade de conhecer a trajetória histórica desse modelo alternativo educacional, seus parâmetros curriculares e sua importância na construção e acesso do ensino às populações rurais.

A relevância do trabalho estar em contribuir na construção e produção histórica sobre Educação e Educação no campo no município, bem como na compreensão de como

a metodologia de alternância utilizada em algumas instituições educacionais na zona rural do município de Codó é importante no desenvolvimento do ensino para as comunidades rurais.

1.1 Objetivo Geral

- Compreender a construção histórica e social da educação/escolarização na comunidade Rural Santo Antônio dos Pretos/Codó-MA.

1.2 Objetivos específicos

- Verificar os aspectos legais e teóricos sobre Educação do Campo no Brasil e seus desdobramentos no município de Codó, abordando a Pedagogia da Alternância como método de ensino adotado em escolas da zona rural.
- Considerar narrativas e representações acerca da construção do Centro Quilombola de Formação por Alternância Ana Moreira;
- Analisar currículos e materiais didáticos adotados no Centro Quilombola de Formação por Alternância Ana Moreira para o ensino/aprendizagem dos alunos

1.3 A estruturação dos capítulos

A pesquisa realizada no Centro Quilombola de formação por Alternância Ana Moreira¹, baseia-se na investigação constituída através das considerações e representações de pais de ex-alunos, ex-professores, ex-alunos e comunidade, necessárias na compreensão de construção da instituição, tempo de funcionamento, a difusão da Pedagogia de Alternância e sua contribuição no acesso das comunidades rurais ao ensino e no desenvolvimento da instrução no campo.

Este trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro capítulo está pautado nos aspectos legais e teóricos criados pelos órgãos competentes para a efetivação de uma Educação do Campo e para o campo, promovendo a instituição de políticas públicas voltadas para assistir crianças, jovens e adultos que habitam os espaços rurais, com o acesso à educação. Além de transcorrer sobre o percurso da Educação do Campo, desde

¹ Escola localizada na comunidade quilombola Santo Antônio dos Pretos, a quarenta e oito quilômetros da sede de Codó foi fundada em junho de 2010.

as suas primeiras manifestações até a instituição de leis, decretos e resoluções que incentivam a promoção de uma educação para as populações rurais.

O segundo capítulo trabalha conceitos de Pedagogia da Alternância e baseia-se em narrativas e representações do Centro Quilombola de formação por Alternância Ana Moreira através da história contada por professores, pais de alunos, ex-alunos e moradores da comunidade em que a escola está situada. Abordando a importância do CEQFAAM não só para as os povos que frequentam-na, mas também para incentivar as discussões sobre a Pedagogia da Alternância no município de Codó e de sua importância para os povos camponeses.

O terceiro e último capítulo, traz uma abordagem sobre o material didático pedagógico utilizado no CEQFAAM do ano de 2010-2017 e uma pequena análise do livro de História adotado pelo professor da instituição.

2. EDUCAÇÃO DO CAMPO: TRAJETÓRIA HISTÓRICA

Os debates acerca da Educação do Campo² não é um fenômeno novo no Brasil. As primeiras discussões sobre essa temática remontam-se em meados século XX, ganhando força na década de 30 com o Governo Vargas (1930-1934) e ressurge com novas propostas no fim das décadas de 70 e 80 (Período Militar).

No início do século XX, o Brasil fazia a transição de um modo de produção agrário, extremamente rural, para um novo modelo, de exportação e industrialização e urbanização, e este fenômeno provocou a migração de algumas populações do campo, para a zona rural. Estas populações iniciaram o processo de formação de favelas nas grandes cidades. E um dos objetivos das Reformas Educacionais, era justamente parar esse fenômeno. (BRASIL, 2012)

A primeira manifestação na luta por uma educação pública de qualidade e universal se delineou a partir do Movimento dos Pioneiros da Escola Nova³, em 1932, uma iniciativa do Estado, na pessoa de Getúlio Vargas, Presidente da República, que propôs aos educadores e intelectuais da época, uma nova proposta de Educação, justamente para suprir as novas necessidades de um país que acabara de ser redescoberto, considerando as suas mudanças na economia, na política e na sociedade.

A proposta do Manifesto dos Pioneiros da Escola Nova era, além de buscar oferecer oportunidades iguais para todos, considerando as particularidades de cada um. Porém, o documento norteador do Manifesto, classificava as especializações para atividades intelectuais e as especializações para atividades mecânicas. Estas estavam voltadas para uma educação das classes populares, voltada para a formação de mão-de-obra e o ensino técnico-profissional. Àquelas eram ofertadas as classes elitistas, como Educação acadêmica. Deste modo, pode-se perceber que mesmo o objetivo da Reforma na Educação esteve em equiparar os indivíduos, respeitando suas singularidades, havia

² Tratada como Educação Rural na Legislação brasileira, tem um significado que incorpora os espaços da floresta, da pecuária, das minas e da agricultura, mas os ultrapassa ao acolher em si os espaços pesqueiros, caçaras, ribeirinhos e extrativistas.

³ Um documento histórico em que 26 intelectuais expressavam seus anseios a respeito da educação, visava à organização do sistema de ensino, dentre eles Fernando de Azevedo, Anísio Teixeira, Lourenço Filho e outros. Não diferente, em prol de uma educação pública de qualidade, e atendendo ao previsto no Artigo 214 da Constituição Federal de 1988, e ao estabelecido pela LDBEN nº9394/96, o PNE (2001-2011) foi criado através de um projeto de lei para vigorar pelo prazo de dez anos, sendo em sua primeira versão composto por 10 diretrizes objetivas e 20 metas, onde são explicitadas as estratégias para sua execução que vigorou no período de 2001-2011 (esgotou-se em 9/1/2011). (MELO, 2005 p. 2)

uma grande diferença de ensino ofertado aos diferentes grupos sociais. (BRASIL, 2012 p. 10)

Entende-se que as lutas por uma Educação do Campo, considerando a diversidade, o espaço e as peculiaridades desse espaço, foram resultados de inúmeras manifestações de movimentos populares. A grande maioria que participava das manifestações estavam diretamente ligados a causa – necessidade de ensino de qualidade no campo, ligada à realidade dos povos que lá habitam – educadores ligados a universidades, instituições religiosas, grandes lideranças sindicais e partidos políticos (RIBEIRO, 1993 p.171).

Entretanto, Rocha (2009) aponta que a Educação rural foi estratégia também do Estado em tentar estancar o fluxo migratório nos centros urbanos. A elite, preocupada com o aumento no número de favelas achou necessário propor uma Escola rural, que evitaria a migração campo/cidade e conseqüentemente o inchaço nos grandes centros urbanos.

Vale ressaltar que o motivo da migração campo/cidade não era motivada somente pela industrialização e mão-de-obra em massa assalariada, pois uma das causas desse fenômeno, também era a busca por escolas. O povo do campo também desejava ter acesso à educação e a escola, e para isso havia a necessidade de deslocar-se a cidade em busca de estudo para os filhos (BRASIL 2007, p. 11).

A criação das Escolas-Fazendas⁴ foram estratégias do Estado para educar as massas, assim o Estado acreditava estar oferecendo ensino e profissionalização as camadas desfavorecidas e o Ensino Superior eram ofertado as classes elitistas. Essa distinção na oferta de Educação para classes mais favorecidas e classes menos favorecidas prevaleceu fortemente por muitas décadas (BRASIL 2007, p. 11).

No ano de 1960, os movimentos populares promovidos por grupos sociais que lutavam por uma educação de qualidade e universal ganharam força. Muitas organizações foram criadas, como a Pastoral da Terra, Centro de Cultura Popular, União Nacional dos Estudantes etc. Mas que tiveram suas atividades e movimentos suspensos durante o Período Militar (1964-1985) (GOMES, 2013 p. 24).

As lutas por uma Educação no Campo se intensificaram a partir das décadas de 80 e 90 e ganharam força não só com os movimentos sociais promovidos por intelectuais, professores de universidade e simpatizantes, mas também com sindicatos dos

⁴ Criadas para especificamente para atender as massas, oferecendo-as cursos de formação técnico “importantes” para acompanhar o processo de industrialização que o país estava passando. (BRASIL. 2012 p. 11)

trabalhadores rurais, partidos políticos de esquerda, Igreja Católica e outras organizações comunitárias (BRASIL 2007, p. 11).

A inserção da Educação como direito e garantia fundamental ao brasileiro, a criação da LDB/96, a Emenda Constitucional nº 14, a Lei de nº 9.924/96, o Plano Nacional de Educação nº 10.172/01 e as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica do Campo de 2001 foram as mais importantes conquistas para a valorização e manutenção do ensino no campo. Sem deixar de mencionar a criação dos Programas: PROCAMPO (Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo) e PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária)⁵.

O Pronera⁶ tem com um dos principais objetivos, o de promoção da educação nas áreas de assentamento agrário. Essa iniciativa também é responsável por sugerir e apoiar projetos de educação voltados para o desenvolvimento das áreas de Reforma Agrária, compreende que cada espaço tem suas singularidades e que estas devem ser consideradas:

[...] o modo de vida do povo do campo tem especificidades quanto a maneira de se relacionar com o tempo, o espaço, o meio ambiente, de organizar a família, o trabalho, a comunidade, a educação e o lazer que se permite a criação de uma identidade cultural e social própria. (p.13)

Foi criado para atender as necessidades de jovens e adultos que vivem em áreas de assentamento e comunidades quilombolas. Esse projeto possibilitou o acesso à educação básica, cursos técnicos profissionalizantes de Nível Médio e cursos superiores aos jovens que vivem nessas áreas de assentamento.

De acordo com o Manual de operações do PRONERA, tal programa criado em 1998 pelo Governo Federal visa promover:

[...] justiça social no campo por meio da democratização do acesso à Educação na alfabetização e escolarização de jovens e adultos, na formação de educadores para as escolas de assentamento e na formação técnico-profissionalizante de nível médio e superior (Manual de operações do PRONERA, p. 08).

⁵ Formulados recentemente que tem como objetivo a promoção e apoio de políticas públicas para Educação voltadas para as populações rurais, sejam eles, indígenas, quilombolas, caiçaras, ribeirinhos, extrativistas, agricultores etc.

⁶ O Pronera é um Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária criado em 1998 e em 2001 incorporado ao INCRA através da portaria de nº 837.

Na tentativa de promover uma Educação de qualidade aos assentados da Reforma Agrária⁷, o PRONERA tem como objetivos garantir alfabetização e educação secundária para os acampados nessas áreas; garantir a formação de educadores e formação continuada para atuarem nas áreas de assentamento e promover encontros, seminários e pesquisas para o fortalecimento da Educação do Campo.

A LDB/96 já estabelecia uma organização na Educação do Campo, como por exemplo, propondo currículos voltados para as características regionais de cada comunidade, contemplando as necessidades e interesses dos estudantes, bem como respeitando o calendário de produção agrícola.

É interessante ressaltar que ao mencionar promoção de Educação do Campo, estávamos falando de alguns grupos específicos de populações camponesas, como assentados, indígenas e quilombolas. Apenas a partir de 2008, com a homologação da Resolução CNE/CEB nº 2, que o conceito de Educação do Campo passa a ser usado, substituindo a então Educação Rural e abrangendo todos os grupos que vivem em áreas rurais, como agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, indígenas e outros.

As Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo que foram instituídas em abril de 2002, também foram frutos das reivindicações dos movimentos sociais, como cita Rosa, Caetano (2008, p.23):

A implementação dessas diretrizes foi uma reivindicação histórica dos movimentos sociais do campo, e suas orientações referem-se às responsabilidades dos sistemas de ensino como atendimento escolar sob a ótica do direito; implica respeito às diferenças e à política de igualdade, tratando a qualidade da educação escolar na perspectiva de inclusão. As Diretrizes resultam da luta pela educação de qualidade social para todos os povos que vivem no e do campo, com identidades diversas, tais como pequenos agricultores, sem-terra, povos da floresta, pescadores, ribeirinhos, quilombolas, extrativistas e assalariados rurais.

As reformas educacionais e a implementação das políticas públicas só foram possíveis graças as manifestações de grupos formados por educadores, setores da Igreja católica, lideranças políticas e sindicais que reivindicavam uma Escola do Campo de qualidade para todos os grupos que vivem no meio rural (BRASIL 2007, p. 11).

⁷ O conjunto de medidas que visem a promover, melhor distribuição da terra, mediante modificações do regime de sua posse e uso a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade. (Art. 1º, Estatuto da Terra)

Porém, por muito tempo, a Educação reivindicada para o meio rural, era ofertada a uma pequena parcela dessas populações. Só a partir da década de 90 com algumas manifestações a favor de políticas públicas aos grupos rurais, ligadas ao direito à terra, dentre outros direitos, a concepção de Educação Rural é substituída por Educação do campo, considerando uma nova abordagem e novos objetivos, que atendessem em totalidade todas as populações que vivem no campo, sejam ribeirinhos, povos da floresta, quilombolas ou camponeses (ROSA; CAETANO, 2008, p. 22).

Segundo Rocha (2009), com a realização do I Encontro dos Educadores e Educadoras da Reforma Agrária – I ENERA realizado em 1997 na cidade de Luziânia/GO é que foi possível ampliar o processo por Educação do Campo. A partir desse encontro, a adesão de outros grupos de movimentos sociais, tais como, a Associação em Áreas de Assentamentos no Estado do Maranhão – ASSEMA e a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – CONTAG, bem como Quilombolas, Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, Indígenas, Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA, Movimento das Mulheres Camponesas, sem citar na criação do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra.

Até o fim do século XX a História da Educação das populações rurais é marcada por negação de direitos sociais e fundamentais para própria existência. Quando instituída a Constituição Federal de 1988, pela primeira vez na História da legislação do Brasil, o direito à Educação era assegurado para todos os brasileiros. Nos artigos 205, 206, 208 e 213 a afirmação do direito à educação, a igualdade no acesso e permanência na escola, o atendimento especializado aos deficientes físicos, creche e pré-escola a crianças de até 6 anos de idade são assegurados.

Segundo Queiroz (2011, p. 03), a Educação às populações do campo foi direito negado por décadas, e que só nos fins do século XX através de movimentos sociais e de grupos formados por lideranças das próprias comunidades rurais, passou a se pensar em educação para um todo.

As escolas do campo constroem-se, segundo Queiroz (2011, p.02) a partir da relação existente entre campo, agricultura e escola, pois a escola como formadora de sujeitos políticos, em áreas do campo deve contribuir para melhorar as vidas e as realidades das populações camponesas. Por isso, se fez necessário pensar uma escola do campo que além de contribuir na construção do conhecimento científico, também fosse responsável por transformar a vida dos povos quem ali habitam.

Portanto, era essencial a construção de uma escola que atendesse a realidade das populações rurais, pois até início do século XXI o modelo de ensino das escolas na zona rural era também utilizado nas poucas unidades educacionais existentes no campo. Para uma Educação do Campo que atendesse as necessidades dos estudantes das comunidades, era necessário um ensino baseado na realidade dessas populações, considerando suas particularidades, espaço, limitações etc. através dessas concepções e pensando uma escola melhor para os povos do campo, foi instituído outro programa, em Março de 2012, o Programa Nacional de Educação do Campo – PROCAMPO⁸.

Segundo o Documento Orientador do PROCAMPO de 2013:

O PRONACAMPO foi construído pelo Grupo de Trabalho coordenado pelo MEC/SECADI, formado pelo Conselho dos Secretários Estaduais de Educação - CONSED, União dos Dirigentes Municipais de Educação - UNDIME, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura - CONTAG, Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Sem Terra - MST, Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar - FETRAF, Rede de Educação do Semiárido Brasileiro - RESAB, Universidade de Brasília - UNB e Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG [...]

Instituído a partir das lutas por políticas públicas para a população rural, um dos objetivos do programa criado em 2012 é o de oferecer ensino, mas também proporcionar condições dos estudantes permanecerem nas escolas e promover a valorização do universo cultural desses povos. O sucesso do PROCAMPO só é possível com o apoio técnico e financeiro dos Estados, municípios e Distrito Federal:

[...] visando à ampliação do acesso e a qualificação da oferta da Educação Básica e Superior, por meio de ações para a melhoria da infraestrutura das redes públicas de ensino, a formação inicial e continuada de professores, a produção e a disponibilização de material específico aos estudantes do campo e quilombolas, em todas as etapas e modalidades de ensino.

Dentre os eixos e ações desenvolvidos pelo Programa Nacional de Educação do Campo, estão por exemplo, a criação do Programa Nacional do Livro Didático no Campo - PNLD para produção e disseminação de material didático voltados para a realidades dos alunos, professores e comunidade; o Programa Nacional Biblioteca da Escola Temático – PNBE criado para atender escolas da rede de ensino público com obras que trabalham referências sobre diversidade, inclusão e cidadania; Mais Educação Campo que tem como

⁸ Instituído em 20 de março de 2012, disciplina ações específicas de apoio à Educação do Campo e à educação quilombola, considerando as reivindicações históricas destas populações quanto à efetivação do direito à educação. (BRASIL 2013 p. 2)

proposta estruturar escolas para ensino em tempo integral, em escolas do campo e em comunidades quilombolas; e Escola da Terra tem como objetivo melhorar as condições de acesso a escolas do campo e escolas em comunidades quilombolas, promovendo formação continuada aos professores, e facilitando o trabalho do educador, que na maioria das vezes ensina em turmas de multisseriado.

No eixo 2 disponível no documento orientador do Procampo faz menção também a formação dos professores, em que são ofertados cursos de Licenciaturas disponibilizados por Instituições de Ensino Superior Federais, voltados para o exercício em Educação do Campo para as séries finais do Ensino Fundamental e Ensino Médio. Tem-se também a formação continuada que é oferecido aos professores que atuam na educação básica no Campo.

Dentre outros benefícios às escolas da zona rural, propostas pelo Procampo, tem-se o apoio técnico e financeiro para a construção e reforma de escolas, a disponibilização de computadores para a promoção da inclusão digital, a destinação de recursos financeiros para custeio das necessidades da escola – Dinheiro na Escola, o fornecimento de energia elétrica e rede de água e esgoto.

Mesmo com a criação dessas políticas públicas voltadas para beneficiar e melhorar a Educação do Campo, infelizmente ainda é possível observar a defasagem do ensino público na zona rural, as más administrações dos recursos que limitam o sucesso do ensino nessas escolas rurais.

Com dados coletados na Secretaria Municipal de Educação de Codó –SEMECTI, o número de escolas tem diminuído, pois a cada ano, algumas escolas do campo são fechadas, como segue o quadro com dados do Censo Escolar dos anos de 2012 a 2017:

QUADRO 01 – ESCOLAS MUNICIPAIS NO CAMPO (CENSO ESCOLAR 2017)

ANO	Nº DE ESCOLAS
2012	176
2013	170
2014	167
2015	168
2016	157
2017	145

FONTE: Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação (SEMECTI)

O que pode se observar é que, mesmo com a criação do PROCAMPO em 2012, que assegura e propõe a ampliação de escolas, reformas e reestruturações, no município de Codó, a Educação não tem apresentado progresso. O que preocupa, pois com o encerramento das atividades em algumas escolas, conseqüentemente reconduz os alunos para outra comunidade. Esse deslocamento provoca a defasagem e a tão temida evasão escolar, tendo em vista que normalmente o alunado não tem nenhum incentivo de permanecer na escola, pois muitos auxiliam os pais nos trabalhos do campo e tem dificuldade de deslocar-se a outra comunidade para ter acesso ao ensino, pois normalmente o transporte público não é ofertado para o deslocamento dos alunos.

Como justificativa a este fenômeno, a Secretaria Municipal de Educação do município, pondera que o fechamento de algumas escolas na zona rural é consequência de um número pequeno de alunos por escola. Visando cortar gastos para manter uma instituição de ensino com um quantitativo de somente 22 alunos, a secretaria promove um remanejamento para uma escola-polo, ou escola mais próxima da comunidade que o aluno vive. Contudo, estes alunos são assistidos, com acesso ao transporte escolar durante todo o ano letivo para o deslocamento de casa-escola.

Hoje, na zona rural do município tem-se um total de 19 escolas-polos⁹ em que as 126 escolas do campo são distribuídas. O objetivo da Semecti para o ano de 2018 é reduzir ainda mais o número de escolas no campo, justificando que, com a conclusão de alguns educandos do Ensino Fundamental e a transição destes para o Nível Médio, o número de salas vai reduzindo a cada ano, o que acarreta na redução do quantitativo de alunos nas salas de 6º ao 9º ano.

As instituições escolares de Nível Médio no campo do município de Codó são de responsabilidade do Governo do Estado. Para atender as populações rurais, tem-se duas instituições de Nível Médio, CEQFAAM e CE Luzenir Matta Roma – Anexo, com 92 e 127 alunos, respectivamente.

Segundo o IBGE (2015), a região Nordeste é a segunda com maior número de pessoas vivendo na zona rural com um percentual de 26,88% e oito milhões de jovens no Brasil vivendo em áreas rurais e participando das atividades agrícolas desenvolvidas no campo. Para atender as necessidades educacionais das populações na zona rural, uma

⁹ Bacabinha, Barracão, Boi não Berra, Bom Jesus, Caeira, Cajazeiras, Canto do Coxo, CE Raimundo Pinheiro Pires, Centro dos Monteiro, CMEI Amor de Deus, CMEI Francelina Alves Magalhães, KM 17, Montevideu, Palmeira do Norte, Santa Rita, Santana do Machado, Santana Velha e Viração

nova metodologia de ensino surge, voltada para oferecer aos jovens filhos de agricultores ensino associado à realidade do campo. Sem excluir seu ambiente social do seio escolar.

A Pedagogia da Alternância foi uma alternativa criada pelos próprios agricultores para atendimento educacional aos jovens que vivem em comunidades rurais, sendo resultado exclusivo das reivindicações desses indivíduos que vivem distantes dos centros urbanos para que lhe fossem ofertados como direito social, o direito ao ensino.

A PA é um modelo de escola rural que nasceu na França em 1932. O Sistema Educacional francês não atendia as populações do meio rural e por esse motivo, um grupo de agricultores reivindicaram uma educação voltada para seus filhos. No Brasil, esse modelo de ensino ganha forma em 1969 Teixeira, Bernartt e Trindade citam em seu artigo intitulado “Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa” (2008) surge:

[...] por meio da ação do Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES), o qual fundou as então Escola Família Rural de Alfredo Chaves, Escola Família Rural de Rio Novo do Sul e Escola Família Rural de Olivânia, essa última no município de Anchieta. O objetivo primordial era atuar sobre os interesses do homem do campo, principalmente no que diz respeito à elevação do seu nível cultural, social e econômico (PESSOTTI, 1978).

Com o objetivo de trabalhar a alternância educativa, esse método é desenvolvido em muitas instituições, as chamadas Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) e Casas Familiares Rurais (CFRs) que desenvolve atividades que articulam estudo com trabalho, tendo em vista que os alunos normalmente auxiliam seus pais no trabalho do campo. Portanto, o que se aprende na escola é desenvolvido na prática.

A Pedagogia de Alternância é um método de ensino que se difere do método utilizado na Educação regular, considerando que aquela, compreende a associação de teoria e prática voltadas para atividade agrícola, ou seja, os alunos aplicam o que aprendem nas salas de aula, no dia-a-dia da lavoura. Essa metodologia de ensino abandona a ideia de ensino urbano nas escolas rurais, como cita Gomes (2003):

Para fazer frente a essa desvantagem educacional e buscar promover a educação no campo e para o campo surgiu um modelo educacional diferenciado, a Pedagogia da Alternância, que atua principalmente no Ensino Fundamental. É uma metodologia de trabalho que difere da educação formal - que historicamente não deu o devido espaço ao povo camponês - e possui uma trajetória que perpassa pela valorização do jovem do campo e de sua permanência nele, sendo assim, um elemento que a torna mais forte. (p.20)

No Maranhão, as instituições de ensino que adotaram a PA, são em sua grande maioria, escolas situadas em comunidades quilombolas. No município de Codó, onde fundamentou-se pesquisa, há duas instituições de educação que adotam a Pedagogia de Alternância como método de ensino. A Escola Família Agrícola Irmã Rita Lore Wicklein, situada na comunidade Monte Cristo e o CEQFAAM, situado na comunidade Santo Antônio dos Pretos.

No Centro Quilombola de formação por Alternância Ana Moreira – CEQFAAM, situada a 48 km da sede do município, foi escolhida para desenvolvimento deste trabalho, onde serão analisadas o desenvolvimento das políticas públicas voltadas para Educação no campo, os limites e possibilidades da Pedagogia de Alternância, as condições e desenvolvimento desse espaço e suas representações para a comunidade, considerando o recorte temporal do ano de 2010 a 2017.

3. OS DESAFIOS DA PEDAGOGIA DA ALTERNÂNCIA NA COMUNIDADE SANTO ANTÔNIO DOS PRETOS/CODÓ

Atualmente, no município de Codó/MA¹⁰ o número de instituições escolares públicas no campo chega a 151 alternadas entre escolas municipais e estaduais. Porém, há alguns anos o quantitativo de escolas era bem maior. De acordo com os dados da Secretaria Municipal de Educação, Ciência, Tecnologia e Informação – SEMECTI, isso ocorre devido ao remanejamento dos alunos para outros centros de ensino. Esse fenômeno ocorre com mais frequência na zona rural, porém, a sede não está imune desse evento.

Sabe-se que as escolas do Campo têm papel fundamental no desenvolvimento intelectual, social, político e econômico na comunidade em que está inserida, e também no desenvolvimento dos jovens que frequentam o espaço em questão. Compreendendo o campo como modo de vida, respeitando suas particularidades e cultura, é possível afirmar que a escola como formadora de sujeitos políticos e atuantes, reafirma, reconhece, resgata e respeita a diversidade sociocultural dos povos que habitam o campo (Queiroz, 2011, p.43)

O decréscimo de escolas do campo é, segundo Gomes (2013, p. 24) consequência da ausência de ações por parte do Estado para combater a desigualdade, a emancipação dos centros urbanos, ao mesmo tempo à diminuição das populações no campo, o remanejamento de dezenas de alunos de diferentes escolas em uma só – com o objetivo de reduzir as “despesas” – entre outros fatores. Esse processo acarreta em prejuízos para as populações que vivem no campo e que não tem outra oferta de ensino, se não nestas condições.

O modelo educacional que surge diante dessas dificuldades enfrentadas por aqueles que vivem no campo e dependem dele para sobrevivência, - portanto não podem abandonar seu espaço para oferecer a seus filhos uma educação escolar - vem sendo uma alternativa que tem dado certo em muitas regiões do país. Com uma metodologia diferenciada, que oportuniza os filhos de agricultores, quilombolas, caiçaras e extrativistas o acesso à escola, sem a necessidade de desloca-se de seu seio comunitário.

A Pedagogia da Alternância historicamente, surge da insatisfação de um pequeno grupo de agricultores franceses com o sistema educacional do seu país, já que este não oferecia um atendimento educacional a população rural da época, ou seja, não lhes era

¹⁰ Situada no Estado do Maranhão, com população estimada em 120. 810, Codó é o sexto maior município com área total de 4361,344 km².

oferecido as mesmas oportunidades educacionais disponíveis à população dos centros urbanos. Esse importante movimento ocorrido em meados de 1935 foi o tripé para a fundamentação e criação da Pedagogia da Alternância (GIMONET, 1999, p. 38 **apud**, TEIXEIRA; BERNARTT; TRINDADE, 2008, p. 229).

De acordo com Pereira (2009, *apud* GOMES, 2013, p.16) a Pedagogia da Alternância, possui dimensões conscientizadora, progressista e libertadora, já que traz em seus princípios um diálogo que se aproxima e corrobora com o pensamento freiriano de defender a educação como processo permanente de construção social cultura e de desenvolvimento da comunidade para a auto sustentabilidade.

Segundo Gomes (2013, p.26), a Pedagogia de Alternância surge no Brasil em meados da década de 60, especificamente no Estado do Espírito Santo, como um movimento liderado por um padre Italiano de nome Humberto Pietrogrande. Sendo uma metodologia que reúne várias outras, como a Pedagogia do Oprimido de Paulo Freire e o Movimento Sem Terra de Gadotti, voltadas para dar voz e espaço àqueles esquecidos à margem da sociedade, desenvolvendo um discurso para as populações não assistidas pelo poder do Estado, entre elas, as populações camponesas. Rocha (2009) ressalta a associação da luta por terra com o movimento em prol da Educação do Campo:

É importante destacar que a luta pela terra, desencadeada pelos camponeses, fertilizou o movimento pela educação do campo e favoreceu o reconhecimento de que a conquista da terra, assim como da educação e de outros direitos sociais não se dá sem um conhecimento que oriente a práxis política e por ela seja orientado.

Para Nascimento (2005, **apud** GOMES, 2013, P.24) a Pedagogia de Alternância em três modelos diferentes e com objetivos diferenciados: as Escolas Familiares Agrícolas (EFAs), as Escolas Comunitárias Rurais (ECRs) e as Casas Familiares Rurais (CFRs)¹¹. Os três modelos de ensino apesar de suas diferenciações, tem um mesmo objetivo que é a:

[...] a preocupação com a formação técnica do indivíduo no campo. Enquanto a EFA segue o modelo implantado pela Secretaria de Educação Estadual, a CFR assemelha-se a Educação de Jovens e Adultos ao adotar a suplência em seu regime. As ECRs têm um cunho mais autônomo, tendo o Movimento de

¹¹ Nas EFAs a formação escolar dos alunos é levado em consideração, além de oferecer um regime seriado e formação técnica, tanto no Ensino Fundamental como no Ensino Médio. Nas CFRs o Ensino Técnico dos alunos como formação educacional é priorizado. E nas CFRs que estão localizadas no Espírito Santo e na Bahia, os métodos pedagógicos utilizados nas EFAs são priorizados. A diferença das CFRs para as demais, está em sua ligação com os movimentos sociais e eclesiais para o reconhecimento e implantação da Pedagogia de Alternância em mais centros de ensino.

Educação Promocional do Espírito Santo (MEPES) como seu principal interlocutor. (2013, p.25)

Para Gimonet (2007, p. 15 **apud** SOUZA pag.27, 2015) a Pedagogia da Alternância está pautada em quatro pilares:

Os dois pilares de ordem das finalidades: formação integral (projeto pessoal) e desenvolvimento do meio (socioeconômico, humano, político...) e dois pilares de ordem dos meios: alternância (um método pedagógico) e a associação (pais, famílias, profissionais, instituições). No que diz respeito à importância desses pilares, na seção 2.3 encontrar-se-á mais subsídios.

Para conhecer um pouco da realidade da Educação no Campo no município de Codó, faz-se necessário passear na História da Educação de Codó, especificamente na concretização de instituições escolares nas comunidades rurais. Este trabalho se desenvolveu numa escola pública estadual, quilombola, agrícola e de alternância, que foi fundada em nove de junho de 2010 e se instituiu na Comunidade Santo Antônio dos Pretos, a 48 km da cidade de Codó e que hoje tem um valor histórico e vem tornando-se referência com a adoção de um método de ensino diferenciado.

3.1 NARRATIVAS E REPRESENTAÇÕES ACERCA DO CENTRO QUILOMBOLA DE FORMAÇÃO POR ALTERNÂNCIA ANA MOREIRA - CEQFAAM

Segundo Cantanhede Filho (1997, **apud** URSULINA, 2006, p.34) a Comunidade Santo Antônio dos Pretos¹² possui uma área de 2.139.55 hectares e em suas limitações estão os povoados: Central, Centro do Expedito, Barro Vermelho e Ilha. De acordo com Ursulina (2006), a Comunidade Santo Antônio dos Pretos se constitui com uma comunidade negra rural, sempre esteve atrelada a conflitos de terra e utilizou de um discurso que traz consigo reivindicações de direitos.

A Instituição e permanência do Centro Quilombola de formação por Alternância Ana Moreira – CEQFAAM, foi e é marcado por lutas e conflitos. Quase sempre com ausência de recursos destinados a extensão e continuação das atividades no Centro de Ensino, cogitou-se por sua descontinuidade. Desde sua criação há sete anos, a comunidade escolar foi responsável por promover manifestações em prol de melhorias no CEQFAAM.

¹² Possui atualmente 102 famílias e teve a titulação de posse de terra outorgada em 20 de Agosto de 1999.

IMAGEM 01: FACHADA DO CEQFAAM

Fonte: Arquivo pessoal da autora

O CEQFAAM é a única instituição de Nível Médio no município de Codó que adota uma metodologia de ensino diferente do modelo de educacional utilizado em todas as escolas de Ensino Regular no município. No CEQFAAM a Pedagogia de Alternância acontece com o revezamento dos alunos quinze dias na comunidade em que vivem e quinze dias na escola. O ensino/aprendizagem adquirido na quinzena escolar é empregado na comunidade em que eles estão inseridos. O objetivo da PA é contribuir para o desenvolvimento do jovem no campo, mas além de tudo, a sua permanência nele.

De acordo com dados do Censo Escolar 2017, na Zona Rural do município, apenas duas instituições de Ensino Médio são responsáveis por suprir – ou pelo menos tentam – as necessidades educacionais das populações do campo. O que não é suficiente, tendo em vista que, uma parcela considerável de alunos do campo desloca-se para a cidade todos os dias em busca de educação escolar.

Dentre os inúmeros fatores das escolas do campo não atenderem tais demandas, estão: a ausência de estruturação das escolas, que ficam impossibilitadas em receber um quantitativo maior de alunos, falta de transporte que auxilie no deslocamento desses estudantes da comunidade até escola, ausência de recursos, entre outros.

As populações do campo¹³, por décadas, tiveram seus direitos negados. Muito se avançou com a implementação de programas que beneficiam esses povos, mas uma

¹³ Quilombolas; caiçaras; Ribeirinhos; pescadores; Indígenas, ribeirinhos, extrativistas e povos em geral que vivem nas florestas.

grande parte das políticas públicas voltadas para atender esses grupos, infelizmente ainda continuam no papel. Uma prova disso estar na precariedade e insuficiência das escolas da zona rural, principalmente nas escolas do campo no Estado do Maranhão.

O Centro Quilombola de formação por Alternância Ana Moreira se constituiu através das lutas de muitas comunidades rurais mais próximas até as mais distantes da MA -026, onde hoje a escola foi construída. Portanto, esforço para instituição do CEQFAAM não partiu somente da necessidade dos moradores da Comunidade Santo Antônio dos Pretos, mas de todas as comunidades rurais da região.

Desde sua fundação, o CEQFAAM adota uma metodologia de ensino intitulada Pedagogia da Alternância, um método voltado para escolas situadas na zona rural que associa ensino/aprendizagem a experiência cotidiana. Segundo Gimonet (2007, pag. 29, **apud** SOUZA, 2015, pag. 27) a PA é: “[...] um caminhar permanente entre a vida e a escola” possibilitando ao aluno construir seu projeto pedagógico, desenvolvê-lo e realizar uma aproximação reflexiva sobre todas as atividades desenvolvidas durante sua formação, além [...]”

O CEQFAAM é visto como um importante passo dado pelas comunidades rurais codoenses. As reivindicações por uma escola que atendesse os grupos mais distantes do centro do município se delinearão ainda no ano de 2002, mas segundo o Presidente da Associação dos Moradores, Raimundo Ferreira França¹⁴ as reivindicações pelos direitos das populações rurais, especificamente a Santo Antônio dos Pretos, começaram em meados da década de 80.

Segundo os relatos de Raimundo França que viveu na comunidade por mais de quarenta anos, o Santo Antônio dos Pretos sempre foi alvo de conflitos intensos e disputas pela posse da terra. De acordo com Lima (2006) o território que hoje constitui a comunidade remanescente de quilombo, foi doada para os ex escravos que lá viviam por Raimundo Queiroz, que detinha a posse das terras e mudou-se para a capital. Desde então, as terras da comunidade sempre foram alvo de conflitos e ocupação.

Em 1986 quando alguns representantes da comunidade participaram de um seminário com temáticas voltados às políticas públicas para quilombolas, se pensou, por exemplo, na possibilidade de construir escolas que atendesse as comunidades menos assistidas pelo poder público, contudo os moradores de Santo Antônio dos Pretos

¹⁴ Conhecido com Ubirajara esteve à frente das reivindicações por uma instituição escolar que atendesse as comunidades e povoados nas proximidades da MA 026.

descartaram essa ideia posteriormente, em razão de outras problemáticas, como por exemplo, os intensos conflitos de terra que estavam ocorrendo.

A participação em eventos que discutiam sobre a necessidade de políticas públicas voltadas para atender as populações camponesas foi o tripé para exigirem do município, do Estado e da União o exercício desses direitos. Até então, a comunidade nem sequer tinha o título de reconhecimento de terra, em que era assegurado o direito legal de posse. (França, 2017)

Só no fim da década de 90 com base no art.68 da Constituição de 1988 instituído, os líderes das comunidades se uniram e criaram a Associação de Moradores para a garantia de aquisição de alguns direitos perante ao Estado. Dentre eles: posse de terra e direito e acesso à Educação Escolar. Ele lembra que estas eram as principais prioridades de muitas outras listadas.

Logo após a criação da Associação de moradores comunitários, a titulação da terra do Santo Antônio dos Pretos foi concedida um pouco depois, em 1997. Com a posse legal, o passo posterior da Associação foi buscar alternativas para que fosse implantada uma escola de Nível Médio. Ainda que na localidade Bom Jesus possuísse o antigo Ensino Primário, e a comunidade do Monte Cristo oferecesse Ensino Fundamental maior, as populações do campo necessitavam de uma escola de Ensino Médio para que seus filhos continuassem o estudo sem ter que sair de sua comunidade. (França, 2017)

Só em 2009 o projeto de construção do CEQFAAM foi aprovado e em junho do ano seguinte à escola funcionou, oferecendo salas de aulas, dormitórios, secretaria, biblioteca, e laboratório de informática. Além de Codó, outros dois municípios no Estado do Maranhão foram contemplados com escolas de Ensino Médio por Alternância: Santa Rita, Itapecuru e Turiaçu. Das quatro, somente a instituição no Santo Antônio dos Pretos continua funcionando. Formando em 07 de março de 2013 a primeira turma de 30 técnicos em Agropecuária.

Mesmo com a edificação da escola de Nível médio na comunidade, Marinalva Silva, que prepara as refeições dos alunos desde a fundação da escola, lembra que foi um início de muitas dificuldades, tendo em vista que, a escola não possuía uma cozinha e nem refeitório, portanto a alimentação era preparada em outro espaço e levada a escola, quando pronta. Isso só mudou após a reforma do ambiente escolar em 2016.

Para o professor Clovis de Almeida Silva que lecionou disciplinas técnicas no CEQFAAM nos anos de 2011 a 2013, manter a escola viva e funcionando ainda é um dos grandes desafios encontrados pelo corpo escolar e comunidade. Ele lembra que quando da inauguração, os professores contratados fizeram um mutirão e se deslocaram as demais

comunidades para a divulgação do Centro de Ensino. Como a procura e demanda foi além do esperado, foi necessário realizar uma seleção dos alunos, já que a escola recém-construída não tinha capacidade para receber mais que noventa alunos.

O papel dos professores das escolas que adotam o método de alternância não se limitava somente a lecionar os conteúdos, mas também se faz presente na interação entre professor/aluno/comunidade. Para Gimonet (2007) o monitor é bem mais que professor ou docente, eles são colaboradores e têm funções para além de só transmitir os conteúdos, há a necessidade de complementos na PA, e esse complemento é proposto pelo monitor.

Sobre a formação por alternância, segundo Gimonet (2007, p.20, **apud**, SOUZA, 2015, p.26) a significação de tal termo se remete a um revezamento da vida cotidiana que parte em direção à teoria e saberes da academia e em seguida retorna a experiência da vida cotidiana. Para ele, esse processo recebe o nome de tempo na escola/tempo na comunidade.

Segundo Gimonet (2007, p.29, **apud** SOUZA, 2015, p.27) nenhum conhecimento trazido dos alunos deve ser descartado, ponderando que esses discentes tem uma bagagem baseada em conhecimento empírico que devem ser considerados.

A constituição da Escola por Alternância na comunidade Santo Antônio dos Pretos foi, senão o Professor Clovis de Almeida, uma estratégia da Associação de Moradores para possibilitar que toda e qualquer comunidade da região pudesse ter acesso a instituição de ensino. Tendo em vista que a comunidade localiza-se na MA 026, ela também se torna um lugar importante por ser central.

Alunos de comunidades mais distantes estudaram no CEQFAAM, como por exemplo, alunos do Cipoal dos pretos, da região da City, Igarama e Ipiranga¹⁵, Luiz Gonzaga, Lago do Junco e alunos oriundos da comunidade Jatobá¹⁶.

O espaço que atualmente é o Centro de Ensino, foi na verdade, uma área integrada a moradias de alguns habitantes que saíram da comunidade ocasionadas, ora por conflitos envolvendo disputas de terras, ora porque foram para outras regiões ou periferias da cidade. Portanto, a Comunidade Santo Antônio dos Pretos doou esse espaço para que a escola fosse construída. Atualmente, o CEQFAAM atende de 13 a 16 comunidades e se constitui uma das grandes conquistas na área da Educação para as populações do campo que são beneficiadas. O centro de Ensino, segundo Clovis, já chegou a atender um quantitativo de 42 comunidades.

¹⁵ Situada na divisa entre Codó e o município de Capinzal do Norte.

¹⁶ Povoado próximo de Cajazeiras – povoado de Codó – que hoje já possui uma escola de Ensino Médio.

Sobre a representação da Escola na Comunidade Santo Antônio dos Pretos, Raimundo França, o representante comunitário, fala da luta com orgulho:

“ Essa escola significa muito para nós, foi uma luta de mais de vinte anos, do meu padrinho, passou para mim e me engajei na luta pelas nossas comunidades. Tem que saber quem somos, e eles estudam lá e descobrem os seus valores, melhoram sua autoestima, em saber que preto não é ruim e preto também é gente e tem direito a estudar, a se formar. O Governo não fez favor a gente, isso é direito nosso, é uma dívida que o governo tem com a gente. ”

Para a Professora Nicinha Lima que leciona no CEQFAAM desde 2012, a escola na comunidade significa o resultado das lutas travadas há anos pelas populações rurais do município, e o Centro Quilombola por Alternância sendo a única escola quilombola de Ensino Médio no Maranhão, torna-se uma referência e uma vitória na Educação do Campo.

Sabe-se que o CEQFAAM construído em 2010 só foi possível através da iniciativa da Associação de Moradores que apontavam a necessidade de ter uma escola na comunidade para que os filhos de camponeses e de quilombolas tivessem a oportunidade de continuar os estudos sem ter que mudar-se do seu lugar de origem.

O projeto de construção da escola começou a sofrer o processo de mobilização no ano de 2000, se fortalecendo nos anos de 2006 e 2007 e se consolidou em 2010. A proposta das populações rurais com a construção da escola na MA 026 foi de ter uma escola de nível médio que complementasse a escola da Comunidade Monte Cristo¹⁷ que é de nível fundamental e também trabalha com a metodologia de Alternância. A proposta da escola sempre considerou pluralidade, não estando voltada somente para atender aos moradores da comunidade Santo Antônio dos Pretos, mas sim todas as comunidades da região, prioritariamente as comunidades quilombolas.

De acordo com relatos dos professores, com a inauguração da escola, inicialmente acordou-se que os pais deveriam contribuir mensalmente com uma parte das despesas de alimentação dos estudantes na escola, tendo em vista que, como a instituição foi e ainda é regida por modelo integral de ensino, há a necessidade de manter a escola com o abastecimento de alimentação, por pelo menos três refeições ao dia. E na época, o recurso que o Governo do Estado disponibilizava, não supria as necessidades nem de 30 dias dos alunos. Só em meados de 2013 que o Estado aboliu a taxa que os pais doavam e assumiu

¹⁷ Escola Família Agrícola Irmã Rita Lore Wicklein.

as despesas integralmente. De três refeições diárias, a escola passou a fornecer ao alunado cinco refeições por dia.

Quando o Estado assume as responsabilidades do Centro de Ensino, a Associação dos Moradores que antes respondia pela escola abdica das decisões administrativas da instituição. Para a Professora Nicinha os motivos para esse rompimento se deu por conta de algumas divergências políticas entre o Governo do Estado e a Associação, mas isso não impossibilita que a Associação não interceda em algumas decisões sobre a escola.

Marinalva Silva, mais conhecida como D. Mara é moradora da comunidade Santo Antônio dos Pretos desde 2005, acompanhou as reivindicações por uma Educação voltada para as comunidades do campo, já que seu cônjuge era quem respondia pela comunidade na ausência do líder comunitário. Ela lembra que quando da fundação, os primeiros meses foram de extremas dificuldades. Desde o não repasse dos recursos para o custeio da alimentação dos alunos, até o trabalho voluntário de muitos moradores, que tentavam manter a escola, para que a mesma não fosse fechada.

Percebe-se que além das dificuldades de fundar uma instituição escolar de Ensino Médio voltado para as populações do campo, um grande desafio foi em mantê-la de pé. Tendo em vista que nem transporte escolar o Governo do Estado fornece para o deslocamento do alunado de comunidades mais distantes para o CEQFAAM. A saída que a Secretaria de Educação do Estado – SEDUC - encontrou para resolver esse problema, foi uma parceria com o município de Codó, que se responsabilizou de fazer o transporte dos alunos das comunidades mais distantes para a escola diariamente.

O CEQFAAM que já atendeu cerca de 42 comunidades rurais, hoje recebe alunos do Centro do Expedito, Macorongo, Vista Alegre, Centro dos Doidos, Nova Vila, Alto Alegre, Boa Esperança, Igarana, Ipiranga, Barro Vermelho, Bom Jesus, Monte Cristo, Santa Maria, Miranda e Ilha.

Para a ex-aluna do CEQFAAM Raylane Silva Abreu a instituição se tornou referência para aqueles que tinham a pretensão de dar continuidade aos estudos, principalmente àqueles que viviam em comunidades mais distantes. Residente na comunidade Quilombola Ipiranga, situada no município de Capinzal do Norte, iniciou o Ensino Médio em 2013. Atualmente cursando Ensino Superior na UFMA/Bacabal, Raylane Abreu pretende ao terminar o curso de Licenciatura em Educação do Campo/Ciências Agrárias retornar ao CEQFAAM e auxiliar com o que aprendeu na academia. Para ela, “os professores da instituição se esforçavam muito para passar os conteúdos, mas falta algo. Os professores não tinham capacitação e estavam ali

aprendendo a lidar com essa nova modalidade de ensino, que para eles, era novo e desafiador.”

Para D. Marinslva que trabalhou voluntariamente produzindo as refeições dos alunos desde a fundação em 2010, o Centro de Ensino por Alternância só trouxe benefícios para os moradores da Santo Antônio dos Pretos e para as comunidades vizinhas. Emocionada, ela diz que hoje pode oferecer aos filhos o estudo, e que se a escola não tivesse chegado à comunidade, muito provavelmente seus filhos, e os filhos de muitos moradores das comunidades não teriam a oportunidade de terminar os estudos e possuir um curso técnico. Graças à escola, hoje muitos trabalham em fazendas com o que aprenderam na escola e ajudam financeiramente seus pais.

Tem-se também aqueles alunos que não só concluíram o ensino técnico, como iniciaram uma nova etapa de suas vidas, como ingressar na faculdade e iniciarem um curso superior. Dona Marinalva conta orgulhosa que só na comunidade Santo Antônio dos Pretos, cinco ex-alunos do CEQFAAM hoje sentam em bancos de universidade.

Cinco dos primeiros alunos do CEQFAAM atualmente estudam na UFMA/Bacabal, cursando Licenciaturas em Educação no Campo que foram instituídas através de políticas públicas voltadas para a formação de professores para atuarem no campo. Carlos Aldai, Bella de Abreu e Raylane de Abreu cursam, respectivamente Licenciatura em Educação do Campo/ Matemática, Licenciatura em Educação do Campo/ Ciências Agrárias e Licenciatura em Educação do Campo/ Ciências Agrárias.¹⁸ O objetivo destes ao fim do curso é poder atuar no campo, especificamente nas escolas que adotam a PA como método de ensino.

Sobre a representação do Centro de Formação Quilombola para a comunidade Marinalva Silva:

“ Foi a melhor coisa que aconteceu para gente aqui. Significa muito, porque antes a gente tinha que mandar nossos filhos para a cidade, sorte quem tinha parente lá e deixava o filho na casa do parente, quando não, vinha esse povo branco e pedia nossas filhas para trabalhar na casa deles, e eles prometiam matricular os meninos em escola a noite, mas isso quase não acontecia, as meninas saíam daqui com promessas que só iam cuidar de bebe pequeno e faziam de um tudo na casa deles. Mas essa era a saída para muitos antes da escola vim. Mas muitos só estudaram até a 8ª série. Hoje, Graças a Deus a gente não precisa mais disso.”

¹⁸ Cursos de formação superior inaugurados em 06 de Janeiro de 2015 no campus de Bacabal/MA e foi resultado de lutas dos movimentos sociais como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terras (MST) e da Associação em Áreas de Assentamento do Maranhão.

Segundo o presidente comunitário do Santo Antônio dos Pretos todos os moradores com mais de trinta anos não sabem ler e nem escrever, sabem, no máximo assinar o nome. E a construção da escola hoje mudou a vida das populações camponesas, pois a população jovem que reside nas comunidades rurais, hoje, tem acesso à escola, diferentemente dos seus pais, avós etc. Ele acredita que a expansão do ensino escolar no campo, muito possivelmente irá erradicar o analfabetismo na zona rural daqui há umas décadas.

Contudo, mesmo com o avanço da Educação no campo, com construção de novas escolas e a contratação de novos professores, a realidade encontrada pela professora Nicinha Lima que leciona as disciplinas de Língua Portuguesa e Língua Inglesa no CEQFAAM, foi desafiadora e preocupante. Quando começou seu trabalho em 2012, uma de seus grandes desafios esteve na dificuldade que os alunos de 1ª a 3ª série do Ensino Médio tinham em escrita, leitura e interpretação textual. Ela lembra que foram necessárias medidas promovidas por um mutirão realizado pelos professores, voltadas para o incentivo de leitura e melhoramento na escrita.

Apesar da tentativa de reverter o quadro de analfabetismo em alunos de Nível Médio incentivando-os a leitura e escrita, infelizmente a realidade é mais complexa, pois a maioria dos alunos que chega ao Ensino Médio na zona rural, não sabem ler e nem escrever. Segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios –Pnad – realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística- IBGE no ano de 2016 o Brasil possuía cerca de 129 milhões de analfabetos. No Maranhão, por exemplo, a taxa de analfabetismo em pessoas de 15 anos ou mais era de 18,5% em 2013. Ou seja, a grande problemática ainda está relacionada a deficiência educacional ainda no primeiro estágio ou Educação Primária.

Além das dificuldades relacionadas a alfabetização dos alunos no CEQFAAM, outro desafio encontrado pelos professores Clovis Almeida e Nicinha Lima, estava na ausência de um Projeto Político Pedagógico- PPP -ou de um plano pedagógico que orientasse os educadores nesse novo método de ensino. Desde a fundação da instituição, o corpo docente se orientava por um plano de curso de uma Casa Familiar Rural - CFR - de Açailândia.

O professor Clovis Almeida que era responsável pelas disciplinas técnicas, conta que houve muitas dificuldades para realização de atividades práticas básicas e bem simples, por não haver ferramentas necessárias, como enxada, carrinho de mão e até mesmo água. O pouco recurso destinado para a escola era utilizado para a alimentação

dos alunos, já que eles passavam quinze dias consecutivos na escola. Ele lembra que foram meses de muitos obstáculos. Houve dias que foi necessário liberar os alunos para casa por falta de alimentação.

Sobre os registros da escola, sabe-se que os próprios professores eram responsáveis por fazer as notas de reunião de pais e professores, já que a mesma não possui um corpo administrativo com assistente, direção e coordenação. O CEQFAAM sempre funcionou com anexo ao Centro de Ensino René Bayma, escola de Ensino Médio situada na Rua Honorino Silva, Bairro São Francisco. Ou seja, o CEQFAAM não é independente. Desde o material didático, ferramentas tecnológicas e até bebedouros que chegam aos alunos do CEQFAAM, são oriundos do C.E Rene Bayma, localizado na sede.

A escola da comunidade Santo Antônio dos Pretos também não possui uma ata de fundação ou até mesmo o Plano Político Pedagógico – PPP. Os registros de reunião e os diários individuais dos alunos eram enviados para a URE - Unidade Regional de Educação de Codó e de lá levados a São Luís. A direção da escola representada pelo Ribamar Melo quando questionada, afirma que o CEQFAAM existe quase na “ilegalidade”, pois o Estado nunca se interessou de torna-la independente, ter seu próprio CNPJ e ser uma escola desenvolvida. Pois essa informalidade dificulta muito na ampliação da instituição, já que há poucos recursos.

Para o corpo docente, a instalação da escola na Comunidade Santo Antônio dos Pretos beneficiando aos demais povoados através da instituição de Ensino Médio, trouxe alguns benefícios, tendo em vista que os alunos do CEQFAAM se tornaram referência nos seus espaços, pois se fosse possível realizar uma avaliação dos egressos nas comunidades em que estão, observar-se-á que são atores de destaque nas suas comunidades e alguns deles tiveram um desenvolvimento fantástico, através do aprendizado adquirido.

O Ensino-Aprendizagem aplicado nas diferentes técnicas de cultivos, diferentemente do modelo mais tradicional utilizado no espaço deles leva o aprendizado adquirido na sala de aula, para o dia-a-dia no trabalho no campo. Como por exemplo, as comunidades de Bom Jesus e Santa Maria, a região da sentada, os agricultores lucram mais trabalhando com hortas do que com a “roça de toco”. As técnicas que hoje são utilizadas pela grande maioria dos agricultores, foram levadas pelos filhos estudantes que aprendem na escola tais métodos e inserem na sua comunidade.

Através de análise em campo, vale ressaltar que a escola ainda tem que melhorar seu papel de extensão, melhorar a sua contribuição, sobretudo para comunidade em que

ela está inserida, que é a comunidade Santo Antônio dos Pretos, não minimizando sua importância para as demais comunidades, pois percebe-se que escola e comunidade não estão conectadas como antes. Mesmo com a preocupação do corpo escolar em inserir a comunidade em suas atividades pedagógicas, percebe-se que não reciprocidade dos moradores. Não há essa conexão que é importante na Pedagogia de Alternância.

Sobre a eficácia da Pedagogia de Alternância, o professor Clovis Almeida defende que não só é suficiente como também é necessária, tanto que a Resolução do Conselho Nacional de Educação Básica defende a inserção da Pedagogia da Alternância em todas as escolas do campo. Ele acredita que todas as escolas do campo devem se utilizar dessa metodologia, pois ela além de permitir a permanência do indivíduo no campo, há também a valorização desse espaço não só como um lugar de produção de alimentos, mas também como lugar de construção cultural dessas populações.

Para o Professor Clovis Almeida, no CEQFAAM, essa metodologia não se aplica genuinamente, nem mesmo na escola da Comunidade Monte Cristo. Pois para ele, a Pedagogia de Alternância só acontece com a aplicação de todos os seus instrumentais que permitem ao estudante, autonomia, e a sua família, participar da vida acadêmica do estudante, fazendo com que seja possível conciliar a vivência prática com essa vivência teórica.

A partir das análises acerca da Pedagogia de Alternância, percebemos algumas diferenciações do ensino regular que são benéficas para um bom desenvolvimento da instituição. Tal metodologia permite uma participação da família, como nenhuma outra, além de oferecer autonomia ao aluno e aos familiares. Pois se analisarmos essa “crise na Pós-Modernidade observamos que quase não há a participação da família na educação do aluno. Não há a independência do estudante da educação regular, ficando preso a reproduzir tudo que aprende em sala de aula sem contestar. Na PA o aluno se torna um aluno problematizador, também construtor de saber, que traz de casa saberes e partilha com professores e colegas. Portanto, esse método de alternância além de ser importante e elementar, é essencial para a população do campo.

Através de diagnósticos e observações feitas em campo, percebeu-se a confiança do corpo docente na escola por Alternância, bem como em sua metodologia. Eles acreditam demasiadamente no sucesso da PA. Constatou-se também a dedicação dos professores que formam a instituição, estando lá por acreditarem que a Educação pode modificar realidades e melhorá-las. Criando laços e afirmando a responsabilidade social

da escola para com os alunos, com os pais desses alunos e com a comunidade em geral, apesar dos desafios diários e dificuldades encontradas na carreira docente.

4. MANUAIS E MATERIAIS DIDÁTICOS ADOTADOS NO CEQFAAM

O Programa Nacional de Educação do Campo – PROCAMPO, criado em 20 de março de 2012 que tem como objetivo efetivar ações específicas para a promoção da Educação do Campo e da Educação voltada para as populações quilombolas. No eixo 1 do documento orientador do PROCAMPO, gestões e práticas pedagógicas, traz um apanhado de ações voltadas para a construção e desenvolvimento da educação no campo. Entre estas, há: o Programa Nacional do Livro didático – PNLD CAMPO, o Programa Nacional Biblioteca na Escola-PNBE Temático, o Maia Educação Campo e o Escola na Terra. (BRASIL.2012, p.02).

Tais ações trazem, a produção e distribuição de materiais didáticos específicos do campo para professores e alunos, porém voltadas para atender somente aos alunos dos anos iniciais do Ensino Fundamental; a ampliação de temáticas que discutem a compreensão do campo em seus variados eixos: história e cultura das diferentes populações do campo através de obras referenciais disponibilizadas nas bibliotecas das escolas do campo; a estruturação das escolas do campo com proposta integral de ensino; e melhorias nas condições de acesso e permanência dos estudantes nas escolas do campo através da disponibilização de material didático-pedagógico aos alunos e professores (BRASIL.2012, p.09).

Todavia, mesmo com a implementação do Procampo, a realidade das escolas na Zona Rural é bem diferente, tendo em vista que, na maioria dos centros de ensino do campo, não há efetividade nas ações pedagógicas voltadas para as melhorias desse espaço e melhoria na qualidade de ensino. Não muito longe desta realidade, o Centro Quilombola de formação por Alternância Ana Moreira na comunidade Santo Antônio dos Pretos, não tem acesso aos programas responsáveis por promoção e qualificação da educação do campo. Como por exemplo, o PNLD campo.

Como mencionado anteriormente, o PNLD Campo, que é a produção e distribuição de livros didáticos específicos para as realidades rurais, só atende a estudantes das séries iniciais do Ensino Fundamental, excluindo as escolas de Ensino Médio instaladas nas zonas rurais.

Sem Projeto Político Pedagógico, os professores do CEQFAAM baseavam-se em um plano de curso de uma Casa Familiar Rural de Açailândia que é um pouco parecido com a proposta dos Centros de Formação e tentavam fazer com que a PA fosse aplicada.

Segundo Gimonet (2007), os instrumentos pedagógicos da PA foram construídos de acordo com o avanço do processo produtivo do movimento.

Dentre esses instrumentais que são importantes para o sucesso e eficácia desse método de ensino, Gimonet (2007), destaca o Plano de Formação que nas escolas convencionais é chamado de plano de curso. Nesse instrumento encontram-se os objetivos, as finalidades, as atividades a serem desenvolvidas, os conhecimentos básicos e técnicos etc. O Plano de Estudo é a alternância do estudante na escola e na comunidade, proporcionando ao discente uma ação reflexiva através desse intercâmbio, com a função de trabalhar com um tema gerador. Que é nada mais que uma pesquisa na comunidade proposta pelos professores ao alunado. O caderno de Vida assemelha-se a um diário de cada discente. Nele, são inseridas informações a respeito de todas as vivências construídas pelos discentes no decorrer do curso.

A Colocação em Comum que se caracteriza com outro instrumental da PA é a socialização dos resultados do que foi produzido anteriormente pelos discentes. Nesse momento, o professor como mediador tem o papel de propor debates acerca dos trabalhos apresentados. As aulas são segundo Gimonet (2007, p. 51 **apud** SOUZA, 2015, p.44):

São o tempo chegado dos esclarecimentos e dos aprofundamentos dos ensinamentos anteriormente adquiridos e acumulados nas vivências dos alternantes. É o momento de “agrupar e ordenar aquilo que já se conhecem”, desenvolvendo o raciocínio e partindo do empírico cada vez mais para o abstrato: “descobrir noções novas, compreendê-las e assimilá-las, integrando-as aos seus conhecimentos anteriores, ao que fazem e vivem e, conseqüentemente, aprendem”.

Por fim, há os cadernos didáticos ou fichas pedagógicas, os exercícios, a Intervenção e o Estágio que também caracterizam-se como instrumentais na Pedagogia da Alternância. De acordo com Gimonet (2007, p.51 **apud** SOUZA, 2015, p.45) são importantes para promover a relação entre teoria e experiência da vida prática, estimulante na absorção e fixação de conteúdo, realização de atividades contextualizadas com os espaços de vivências dos atores e atividade técnica desenvolvida em propriedades do campo importante para a formação técnica dos sujeitos, respectivamente.

Aos professores, questionados sobre a utilização desses instrumentos com os alunos do CEQFAAM, concordam e afirmam que tais fermentas são de grande importância para o sucesso da proposta pedagógica da PA, mas que nem sempre é possível promover algumas atividades, tendo em vista os empecilhos encontrados para a realização e conclusão de algumas tarefas.

Para a ex-aluna do CEQFAAM, Raylane Abreu que cursou o Ensino Fundamental em uma escola que também utilizava a PA como metodologia de ensino, nem todas as atividades propostas pelos professores eram concluídas, pois a comunidade em que a instituição está inserida não possuía alguns dispositivos que eram essenciais na produção e resolução de tarefas. A comunidade Santo Antônio dos Pretos não possuía um poço artesiano, a ausência de equipamentos para a realização de atividades técnicas, a escassez de água, a carência de transporte para locomover os alunos para atividades extraclasse, as chamadas Intervenções, e sem citar por exemplo, as resistências encontradas pelos formados ao fim do Ensino Médio, para receber o certificado de conclusão que ainda hoje é obstáculo para aqueles que almejam cursar Ensino Superior.

Sobre o material didático, os professores Nicinha Lima e Clovis de Almeida Silva, apontam que desde a criação da escola, até o ano de 2015, o material didático utilizado pelo corpo docente para o ensino-aprendizagem dos alunos, era selecionado por cada professor individualmente, pois a Secretaria de Educação do Estado não oferecia material didático a comunidade escolar.

Para a professora Nicinha Lima, que teve o CEQFAAM como sua primeira experiência na área da docência, a seleção do material didático com conteúdos concordantes com a realidade dos estudantes, foi uma tarefa nada fácil. Tendo em vista que, nem mesmo uma capacitação ou curso de formação para atuar na Educação do campo foi ofertada.

A ausência de livros didáticos e de materiais que servem de suporte pedagógico para o sucesso das aulas eram os desafios enfrentados pelos professores do CEQFAAM. Para as disciplinas dos cursos técnicos, as dificuldades eram ainda maiores. O professor Clovis de Almeida que ministrava aulas dos cursos técnicos de Agropecuária e Agricultura apontou para as dificuldades, como por exemplo, a falta de equipamentos para as aulas práticas. Os planos de disciplina nos cursos técnicos foram construídos pelos próprios professores, e as referências teóricas utilizadas para as aulas, eram baseadas nas disciplinas e materiais didáticos que possuíam.

Água para o cultivo, enxadas, carrinho de mão entre outras ferramentas básicas que eram essenciais para a aprendizagem nas aulas práticas, não eram acessíveis a alunos e professores. Com argumento do não fornecimento desses materiais, a coordenação da escola, segundo o professor Clovis Almeida, tinha como justificativa a escassez de recursos, pois o aporte financeiro que o Estado oferecia, não era suficiente nem mesmo para a alimentação dos alunos.

Vale ressaltar que um dos eixos de ações pedagógicas do Procampo é a promoção de melhorias no espaço escolar, para que os alunos pudessem lá permanecer por tempo integral, oferecendo também aos professores, apoio a formação e material didático-pedagógico acordado com a realidade daqueles que frequentavam o ambiente escolar. Mas para alunos e professores do CEQFAAM esta é uma realidade ainda distante, pois mesmo com o Programa Nacional de Educação para o Campo, à escola na comunidade Santo Antônio dos Pretos as ações estratégicas e pedagógicas voltadas para a efetivação do programa ainda encontra empecilhos.

Mesmo com a reforma e ampliação do CEQFAAM através do Programa do Estado do Maranhão, Escola Digna¹⁹ os recursos para melhorias na escola ainda são bem limitados, o que obviamente restringe o desenvolvimento das atividades pedagógicas pensadas pelos professores.

Como o CEQFAAM funciona como anexo do Centro de Ensino René Bayma – situado na sede do município – a escola também não participa do PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola/ Campo. Os recursos destinados ao CEQFAAM são oriundos do PDDE destinado ao C.E. René Bayma.

Segundo Nicinha Lima, por muitos anos, o CEQFAAM viveu de doações, como livros para a biblioteca da escola e materiais básicos para o desenvolvimento de atividades práticas, doações estas que se fizeram através do Instituto Federal do Maranhão/Campus Codó, que desenvolve atividades voltadas para plantio, cultivo, criação de suínos e de aves, entre outros trabalhos voltados para a Agropecuária e Agricultura desenvolvidos em parceria com os alunos, professores e comunidade através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência –PIBID-, que funciona na escola desde 2012, e atende os alunos de 1ª a 3ª série do Ensino Médio.

Segundo o documento Orientador do Procampo (2013, p.17) a garantia de transporte dos estudantes do campo para o campo se faz prioridade, priorizando as especificidades geográficas e culturais e os limites de idade dos estudantes, entretanto, este apoio está voltado especialmente para alunos de até as séries finais do Ensino Fundamental. Ressaltamos que mesmo com a criação e instituição de um programa voltado para atender as necessidades das populações do campo, tal programa, exclui os

¹⁹ Programa da Secretaria de Estadual de Educação do Maranhão que tem dentre suas variadas finalidades, promoção do fortalecimento do Ensino Médio, Formação continuada dos profissionais da educação, Gestão Educacional etc.

alunos que frequentam o Ensino Médio e necessitam de transporte para locomoção de casa/escola, que não deixa de ser de campo/campo.

É necessário observar também, que o Procampo não assiste os alunos do Nível Médio, no sentido da não oferta de material didático de acordo com a realidade do campo, portanto, os professores são obrigados a utilizar os livros didáticos que são disponibilizados, independentemente de ser opção de escolha deles ou não. Tais livros são àqueles usados da 1ª a 3ª séries do Ensino Médio das escolas da zona urbana. Como uma análise, podemos afirmar que os livros ofertados para os alunos das instituições situadas na sede não compreendem e nem mesmo condiz com a realidade de estudantes codoenses que moram na cidade, quiçá suprir as necessidades educacionais e fornecer conhecimento condizente as realidades dos estudantes do campo. As informações fornecidas nos livros didáticos adotados pelas escolas estaduais são construídas com um olhar de quem não convive ou observa o espaço em questão, ou seja, são livros produzidos por professores de outras regiões, que não conhecem as realidades da região Nordeste.

4.1. O LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA UTILIZADOS NO CEQFAAM

Segundo os professores do Centro de Ensino por Alternância, desde sua fundação, os materiais didáticos utilizados para auxiliar no aprendizado dos alunos da instituição, eram produzidos pelos próprios educadores. Estes selecionavam livros didáticos ou conteúdos disponíveis na internet e em obras teóricas para embasar as aulas que seriam ministradas no CEQFAAM e apresentavam a coordenação da escola. Até que após a reforma e ampliação da instituição, a Secretaria de Educação do Estado forneceu livros didáticos para todas as disciplinas do curso regular, como por exemplo: Sociologia, Física, Matemática, Português, História, Geografia, Biologia, Filosofia e Química. Para as disciplinas do curso técnico, os professores ainda selecionam os conteúdos concordando com a necessidade do alunado.

O CEQFAAM oferece aos discentes uma formação profissional através de cursos técnicos. Atualmente os cursos técnicos de Agropecuária e Agricultura são as opções para os estudantes. Os cursos técnicos de Informática e Agroindústria também estão inseridos nas grades dos cursos profissionais do CEQFAAM, porém a ausência de laboratórios e profissionais capacitados, não foi possível a oferta destes para o ano de 2017. De acordo com a URE de Codó, a Secretaria de Educação do Estado já abriu edital para a contratação

de profissionais nessas áreas para que a oferta dos cursos citados aconteça ainda no ano de 2018.

Com a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional de 1996 no artigo 28 dá ênfase a uma proposta de educação do campo voltada para trabalhar com as especificidades de cada região, adaptando os conteúdos curriculares a realidade rural e a proposta de um calendário escolar considerando as atividades agrícolas e as condições climáticas. Como cita Vieira (2013) em seu artigo intitulado “Livros didáticos para as escolas do campo: conhecendo o PNLDCAMPO”:

A defesa de livros específicos para escolas rurais, em determinados períodos do século XX, e mais recentemente para escolas localizadas em áreas rurais é uma questão que se coloca como um dos grandes desafios que chama diferentes sujeitos – incluindo-se os pesquisadores e os movimentos sociais - à responsabilidade de debater o tema e apontar direções necessárias ao avanço da qualidade da escola pública brasileira (p.06).

Contudo essa proposta ainda está muito distante das escolas do campo no município de Codó. De acordo com a Secretaria de Educação do município, as escolas situadas na zona rural não têm os conteúdos curriculares adaptados à realidade vivenciada, contudo o calendário escolar considera as atividades agrícolas, respeitando tempos de plantio e colheita, para evitar a evasão dos alunos na escola.

Os livros didáticos estão distribuídos entre as editoras Moderna, FTD, Escola Moderna, Saraiva, Ática e não foram escolhidos pelos professores do CEQFAAM, pois como esta funciona como anexo de uma instituição na sede, os livros didáticos escolhidos pelos professores do C. E. René Bayma são os mesmos disponibilizados à escola na comunidade Santo Antônio dos Pretos.

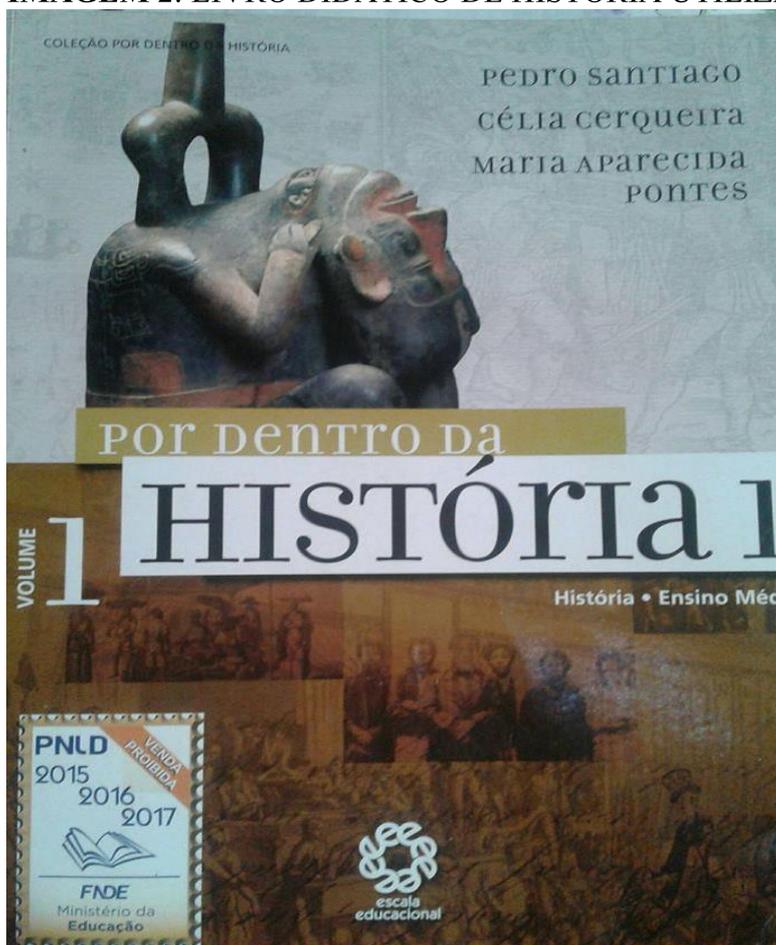
Para análise do material didático utilizado no CEQFAAM, será avaliado a unidade I do livro de História da 1ª série do Ensino Médio. Considerando algumas características, como por exemplo: sumário, prolixidade, concisão, imagens, domínio do conteúdo, atividades complementares, sugestões de fontes para fixação do conteúdo etc.

O livro intitulado “ Por dentro da História” foi produzido por Pedro Santiago, Célia Cerqueira e Maria Aparecida Pontes e foi distribuído através do PNLD. Possuindo três unidades que estão subdivididas em oito, sete e oito capítulos, respectivamente. Já em suas primeiras páginas, o exemplar traz a apresentação do livro não mais como um material preparatório para o ingresso no Ensino superior, mas como um material voltado

para preparar o aluno para uma participação mais ativa desses sujeitos, na sociedade. Frisa-se também a importância de se compreender as diferenças de mundos distintos.

Além de trazer janelas com informações adicionais, no decorrer dos capítulos os autores trabalham com boxes e diálogos com o tema principal. E ao fim de cada unidade, há uma proposta intitulada “Projeto Interdisciplinar” que além de propor reflexões acerca da temática e trabalhar com diversas áreas de conhecimento, ainda propõe questões do Enem e outros vestibulares como preparação dos alunos para possíveis exames ao fim do Ensino Médio.

IMAGEM 2: LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA UTILIZADO NO CEQFAAM.



FONTE: Arquivo pessoal da autora

Na unidade I do livro traz como título, o Mundo Antigo, em que são representados resumidamente sobre a origem da espécie humana destacando o continente africano como o berço das primeiras formas de vida. Trazendo um apanhado geral sobre Pré-História, os primeiros ancestrais da humanidade, as definições e características das diferentes espécies.

Os pontos positivos que podemos destacar no livro didático utilizado como aporte pedagógico aos professores do CEQFAAM são a diversidade e seriado de imagens contextualizadas com o conteúdo em questão, sem citar, o trabalho com mapas, quadros demonstrativos, gráficos e fotografias. O boxe de diálogo colocado no início de cada capítulo é um chamativo para começo das discussões e debates sobre determinado conteúdo. Em caixas pequenas, os autores trabalham conceitos da História para facilitar na aprendizagem, Ao fim de cada capítulo tem-se questões objetivas para auxiliar na compreensão e fixação do conteúdo. Outro ponto positivo são os roteiros de estudo e propostas de debates em grupo que podem instigar nos alunos curiosidade de compreensão do tema.

Finalizada cada unidade, os autores propõem uma atividade extra, chamada de Projeto Interdisciplinar. Esse projeto vem com proposta de trabalhar diferentes áreas de conhecimento que de certa forma estão relacionadas com o tema da unidade vista anteriormente. Como por exemplo, como a unidade I trabalha o Mundo Antigo, as áreas de conhecimento que estão contextualizadas com essa parte da História, são a Matemática, a Geografia e a Língua Portuguesa, tendo em vista que, os capítulos que compõem a unidade em questão, cita sobre a escrita dos povos antigos, os números através das grandes construções e a geografia através de mapas e localizações.

Os pontos negativos do livro didático estar primeiramente em conteúdos extremamente resumidos, o que acarreta na omissão de algum fator importante, pois na maioria das vezes, o professor não trabalha com outro material senão o livro, que normalmente este não está completo, precisando de complemento. Outro fator importante de ressaltar, está na ausência de questões pensadas para a preparação dos alunos para os vestibulares. Questões de Enem e de outros exames, só estão ao fim de cada unidade e não trazem variedade e um quantitativo suficiente de questões.

A ausência de sugestões de fontes para a complementação e fixação de conteúdo, como por exemplo, de filmes, documentários, sites ou livros também é um ponto negativo no livro, que se faz necessária, até mesmo para aguçar a curiosidade dos alunos de como é uma produção cinematográfica de um determinado conteúdo.

O livro em discussão, em geral traz, mesmo que de forma explícita, questões voltadas para os conflitos culturais, bem como um discurso sobre o respeito as diferenças, como nos capítulos referentes as diferentes religiões e um pouco de sua história, como surgimento, expansão etc. Não traz leitura exaustiva, pois desenvolve temas de maneira bem resumida.

Para os alunos e professores do CEQFAAM, apesar de ser um material que não contextualiza com a realidade em que estão inseridos, o livro, de certa forma, traz uma preparação para aqueles que pretendem dar continuidade aos estudos pós Ensino Médio. Todavia, o livro para a primeira série do Nível Médio não está interligado a proposta do método de alternância que é usado como modelo de ensino. Ou seja, mesmo o CEQFAAM sendo uma escola que adota uma metodologia largamente diferente de um modelo em escola de ensino regular, a alternativa que o corpo docente tem é de utilizar o material pedagógico disponível, mesmo que não seja ideal.

Na opinião do professor Clovis de Almeida, a ausência de um material didático próprio para atender aos alunos que são oriundos de comunidades rurais é um dos empecilhos para a Pedagogia de Alternância ser efetivada no CEQFAAM. Para ele, a má compreensão da proposta da escola pelo Estado, a estrutura física, a má compreensão das famílias dos alunos, o distanciamento de aluno e família, a ausência de recursos, de transportes e de diálogo são os desafios para a aplicação do método de alternância.

Alguns professores tiveram, e tem dificuldade de montar seu plano pedagógico, pois esse tipo de escola exige uma estrutura equipada, materiais básicos para o desenvolvimento de algumas atividades e participação das famílias, mas não há apoio e nem incentivo por parte da Secretaria de Educação do Estado. Vale ressaltar que mesmo após a fundação da escola em 2010, ainda hoje não se tem um Plano Político Pedagógico que possa orientar a comunidade escolar.

Portanto, podemos concluir que a proposta da Pedagogia de Alternância especificamente para a escola quilombola situado na comunidade Santo Antônio dos Pretos acontece, mas parcialmente, já que além dos empecilhos já descritos no decorrer deste trabalho, que aborda desde a escassez de recursos à ausência de cursos de capacitação para os profissionais da educação do campo, o material didático é um fator decisivo nessa metodologia, bem como na formação dos alunos que estão inseridos nesse espaço escolar.

O livro didático se faz uma importante arma para auxiliar os professores na explanação de conteúdos, sem ele, o professor busca outros métodos, mas que não substituem a necessidade do livro. Principalmente se este fosse padronizado especificamente para as escolas no campo, que tem uma dinâmica e vivência bem diferente da vida na cidade.

Seria de suma importância a produção e distribuição de livros didáticos baseados nos instrumentais da Pedagogia da Alternância, com um roteiro orientador para

professores e alunos, sugerindo temas geradores, propostas pedagógicas e atividades voltadas para essa relação entre matérias acadêmicas e prática cotidiana do alunado.

Sem esquecer de propor que os órgãos competentes promovessem novas políticas públicas que reforçassem a Educação do Campo, e compreendessem sua importância aos povos camponeses, assistindo essas instituições, solicitando cursos de capacitação para professores e cursos de formação em Licenciatura em Educação do Campo, principalmente nas cidades em que há escolas regidas pela metodologia de Alternância. A cidade de Codó por exemplo, possui duas instituições escolares que adotam a PA, mas os cursos ofertados pelas IES do município não são licenciaturas específicas do campo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da pesquisa realizada no Centro Quilombola por Formação de Alternância Ana Moreira, observou-se um pouco sobre a modalidade de ensino ofertada em algumas escolas rurais do Brasil, a Pedagogia da Alternância. Com a proposta inovadora de oferecer aos alunos, ao mesmo tempo, ensino e oportunidade de descobrir-se atores da realidade e da realidade da comunidade em que vivem. A PA como método de ensino nas Casas familiares Rurais ou Centros de Formação é a melhor alternativa as populações que vivem no campo.

A Pedagogia de alternância que surge como uma possibilidade de libertação e oportunidade àqueles grupos esquecidos pelo poder público e que não tem acesso aos direitos básicos e fundamentais, aponta para um novo caminho, oportunizando jovens, homens e mulheres que lutam para modificar o espaço que vivem e superar as dificuldades cotidianas, bem como ter acesso ao ensino e educação como oportunidade de mudanças.

Durante as observações de campo, foi possível perceber que o CEQFAAM deve a sua funcionalidade e continuidade por esses sete anos, as comunidades que lutaram para que a educação escolar pudesse chegar àquela região e por lá permanecer. E isso tem uma nobre justificativa: as populações camponesas compreendem a importância da Educação, e acreditam que através dela, seus descendentes podem vir a ter uma vida melhor e serem detentores de conhecimento.

Os motivos que levaram as comunidades a juntarem forças e reivindicar por um direito garantido por lei, não se resume somente a saudade dos filhos que se deslocam a lugares distantes na busca para a conclusão dos estudos, mas se fundamenta principalmente, na ideia que todos são iguais, portanto, todos devem ter direitos e iguais, e a Educação é um direito de todos, independentemente da cor, raça e religião.

Por muito tempo os moradores da Comunidade Santo Antônio dos Pretos vivenciaram conflitos ocasionados por disputas de territórios, e mesmo com a titulação de posse das terras, o perigo de ameaça é constante. Mas isso não foi motivo para desistirem de oferecer aos seus filhos melhorias nas condições de vida, que acontecem também através do acesso ao conhecimento. Por isso, podemos afirmar que a criação do Centro Quilombola de Formação por Alternância Ana Moreira foi iniciativa dos moradores, sem esta, a instituição não teria sido construída.

Sabe-se que muito se avançou desde o ano de fundação do CEQFAAM até hoje, como por exemplo, as reformas na estrutura física da escola, o repasse dos recursos para suprir as necessidades, tais como: alimentação, compra de materiais pedagógicos e materiais básicos para as aulas práticas dos cursos técnicos e os livros didáticos, que mesmo não sendo ideais para os alunos do CEQFAAM, já que são livros para ensino regular, os conteúdos neles inseridos são importantes para aqueles que pretendem alcançar voos mais altos e sonham em entrar no Ensino Superior.

Portanto a importância do CEQFAAM para o campo e para os debates sobre Educação do Campo é notória, sem citar o papel dos professores que formam o corpo docente dessa instituição. Sem eles, muito pouco teria sido alcançado. A partir das observações em campo, percebe-se que os docentes que formam aquela instituição, não permanecem pelo salário ou status, tendo em vista que o vencimento não ultrapassa os R\$ 1.200,00²⁰. Os educadores que formam o CEQFAAM permanecem por acreditarem no projeto, por gostarem da escola e desejam vê-la emancipando-se, pois sabe-se da responsabilidade social da instituição para com os estudantes, com os pais desses estudantes e com as comunidades.

Os desafios da Educação do Campo também estão no não cumprimento das políticas públicas que foram criadas pelo Governo Federal a fim de minimizar as diferenças entre as populações do campo e populações da cidade. Tais como: o apoio técnico e financeiro que é ofertado pelos programas Procampo e Pronera e seus variados eixos, que abarcam desde a ampliação do acesso ao Ensino Superior para as modalidades de licenciatura e cursos de qualificação e aperfeiçoamento, até a ofertada na melhoria da infraestrutura das escolas, com eixos voltados para a distribuição de livros didáticos acordados com a realidade do campo, fornecimento de energia elétrica, rede de água e esgoto.

Todas as conquistas e melhorias que chegaram no CEQFAAM foram resultados das lutas e reivindicações dos quilombolas e camponeses que almejam a continuidade da instituição naquele espaço. Foram resultados das resistências, manifestos, passeatas e ocupações que aconteceram durante esses sete anos desde a fundação da escola, e que hoje trazem frutos que podem ser aproveitados por aqueles que chegam ao espaço escolar. O CEQFAAM já recebeu alunos de 42 comunidades, o que nos leva a concluir que, sem

²⁰ Quase todos os professores do CEQFAAM não são professores efetivos, portanto o salário corresponde ao salário-base de contrato, além de uma ajuda de custo para aqueles que assumem uma funções extras como por exemplo, orientador/a na escola.

ela, 80% desses alunos nem sequer chegariam a concluir o Ensino Médio, ter uma formação técnica, trabalhar na área ou possuir curso superior.

6. REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, MEC/SECAD, 2002.

_____. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incrá). **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera): manual de operações**. Brasília, 2004.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – Lei no 9.394/96, de 20 de Dezembro de 1996. Diário oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996.

_____. MDA - **Ministério do Desenvolvimento Agrário. PRONERA**. Manual de Operações. Brasília, 2004.

_____. MEC. **Programa Nacional de Educação do Campo: PRONACAMPO**. Brasília/ DF: MEC, Março de 2012

_____. Parecer 36/2001 da CEB/CNE – **Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo**. Brasília, DF.

_____. Congresso Nacional. Lei n. 4504, de 30 de novembro de 1964. Dispões sobre o Estatuto de Terras e dá outras providências. Brasília: 1964.

CADERNO SECAD - **Educação do Campo: diferenças mudando paradigmas**. Brasília, DF: SECAD, 2007.

GIMONET, Jean-Claude. **Praticar e compreender a Pedagogia da alternância dos CEFFAS**; tradução de Thirry de Burghgrave. - Petrópolis, RJ: Vozes, Paris: AIMFR – Associação Internacional dos Movimentos Familiares de Formação Rural, 2007.

Guia de livros didáticos: PNLD Campo 2013: Guia de Livros. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão, 2012.

GOMES, Vivian Adriana Ramos. **Pedagogia da Alternância e o IFMA São Luís - Campus Maracanã: o proposto e o vivido pelos Alunos Egressos**, 2013 acessado em: 09/10/2017.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Demográfico do Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.

LIMA, Emanuelle de Ursulina Ribeiro. **DIREITO A TERRA, MAS COM DIREITO À HISTÓRIA: a identidade quilombola como garantia de acesso à terra**, 2006. Acessado em 30/10/2017

QUEIROZ João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo**, 2011. Acessado em: 09/10/2017.

RIBEIRO, M. L. S. **História da Educação Brasileira: a organização escolar**. 13^a Edição. Campinas: Autores Associados, 1993.

ROCHA, Helianane Oliveira. **Da Educação Rural à Educação do Campo: As “Velhas” Lutas Políticas como espaço de emergência de novos conceitos**, 2009. Acessado em 09/10/2017.

ROSA, Daniela Souza da & CAETANO, Maria Raquel. **Da educação rural à educação do campo: uma trajetória... Seus desafios e suas perspectivas**, 2008. Acessado em: 17/10/2017.

SOUZA, Antônio Carlos Mesquita. **A ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA IRMÃ RITA LORE WICKLEIN: um olhar sobre a Pedagogia da Alternância.** Codó, 2015.

TEIXEIRA Edival Sebastião, BERNART, Maria de Lourdes & Glademir Alves, TRINDADE. **Estudos sobre Pedagogia da Alternância no Brasil: revisão de literatura e perspectivas para a pesquisa,** 2008 Acessado em 27/09/2017.

VIEIRA, Edilaine Aparecida. **Livros didáticos para as Escolas do Campo: conhecendo o PNLDCAMPO.** 2013 acessado em: 10/12/2017

7. APÊNDICES

PERGUNTAS ORIENTADORAS PARA OS PROFESSORES

- Período que leciona/lecionou no CEQFAAM?
- Disciplina (s) ministrada (s)?
- Qual a sensação de se trabalhar com a pedagogia da alternância?
- Quais os desafios encontrados?
- Qual o material didático utilizado?
- Como são desenvolvidas as práticas pedagógicas?
- Qual a importância da escola para a comunidade?
- Como é a participação da comunidade em atividades promovidas pela escola?
- Você acredita na eficácia da pedagogia da alternância? Por quê?
- Quais os desafios que os jovens do CEQFAAM podem encontrar?
- A secretária do estado oferece alguma formação/capacitação para se trabalhar com educação do campo?

PERGUNTAS NORTEADORES APLICADAS AOS MORADORES DA COMUNIDADE SANTO ANTÔNIO DOS PRETOS

- Qual a história da comunidade?
- Como surgiu a ideia de instituir uma escola de nível médio na comunidade?
- Como aconteceu a instituição do centro de ensino?
- Quais os desafios encontrados para a concretização do projeto de criação?
- Quais as dificuldades que a escola enfrenta hoje?
- Qual a representação da instituição escolar para você e para a comunidade?
- Quais os benefícios ela trouxe para as populações do campo?
- Em que aspectos a escola precisa melhorar?
- A comunidade quando solicitada participa de ações desenvolvidas pelo corpo escolar?

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO – UFMA – CAMPUS VII**CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS COM
HABILITAÇÃO EM HISTÓRIA**

Orientador: Prof. Dr. Francisco Waldílio da Silva Sousa

Orientanda: Maria de Jesus Martins luz

QUESTIONÁRIO

1. Nome/ idade/comunidade de origem/ano de conclusão do Ensino Médio/Curso técnico.
2. Qual a História do CEQFAAM?
3. Já conhecia a Pedagogia da Alternância?
4. Você acredita na eficácia da PA?
5. Qual a importância da escola?
6. Quais os desafios encontrados? Teve dificuldade com conteúdos ministrados?
7. Os professores trabalhavam de acordo com a proposta da PA?
8. Havia material didático-pedagógico disponível?
9. Quais as dificuldades após a conclusão do Ensino Médio?
10. Qual o material didático utilizado pelos professores?
11. A Secretaria de Educação do Estado dava a devida assistência a comunidade escolar?
12. Quais as dificuldades que a escola enfrentava?
13. Qual a representação da instituição escolar para você e para a comunidade?
14. Quais os benefícios ela trouxe para as populações do campo?
15. Em que aspectos a escola precisa melhorar?
16. A comunidade quando solicitada participava de ações desenvolvidas pelo corpo escolar?